

ESCOLAS DO PORTO E DE MADRID

Organização de António Braz Teixeira, Celeste Natário,
José Carlos Pereira e Renato Epifânio

2021

Edição conjunta de:

Instituto de Filosofia da Universidade do Porto
Via Panorâmica s/n
4150-564 Porto

e

DG Edições
Av. D. Pedro V, 15 - 5.^o Esq.^o
2795-151 Linda-a-Velha

Composição e maquetagem: DG edições

Fotografia da capa: Ortega y Gasset, Leonardo Coimbra e
Garcia Morente

Impressão e acabamento: VASP DPS

ISBN: 978-989-53284-5-1

Depósito Legal: 491048/21

Primeira edição: Novembro de 2021

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-53284-5-1/esc>

O presente livro é uma publicação do Grupo de Investigação “Raízes e Horizontes da Filosofia e da Cultura em Portugal”, financiada por Fundos Nacionais através da FCT/MCTES - Fundação para a Ciência e a Tecnologia/ Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no âmbito do Projeto do Instituto de Filosofia com a referência UIDB/00502/2020.

AUGUSTO SARAIVA: REFLEXÕES SOBRE O HOMEM DE UM FILÓSOFO HUMANISTA

Miguel Real

(Instituto de Filosofia Luso-Brasileira)

Introdução

Existe uma explícita relação entre o ensaio *Reflexões sobre o Homem – I* (1946) por Augusto Saraiva (1900 – 1975) e os seus muito conhecidos manuais de *Filosofia* e *Psicologia* para o ensino complementar antes do 25 de Abril de 1974 e para o ensino secundário após aquela data. A relação é estabelecida entre, por um lado, uma exposição didática e formal da filosofia¹ e da psicologia² (os manuais) e, por outro, um conhecimento histórico dos temas das duas disciplinas, bem como de uma real problematização especulativa dos mesmos. Compreende-se esta relação tendo em conta os destinatários dos mesmos: os primeiros, destinados a estudantes adolescentes, fazendo a sua iniciação neste domínio; o segundo, a leitores adultos interessados em filosofia.

Digamos que o que autor expõe didaticamente nas aulas, problematiza dialeticamente no seu livro maior, manifestando as suas opções filosóficas. Em ambos os domínios, manifesta um conhecimento maior da história da filosofia.

Tanto em *Reflexões sobre o Homem – I* como nos diversos manuais de Filosofia e Psicologia exibe um método interrogativo, problematicamente dialético, pelo qual vai eliminando respostas de sistemas filosóficos considerados radicais, como otimismo teodiceico de Leibniz ou o substancialismo essencial do *Deus sive Natura* de Espinosa, bem como o materialismo sensualista e o ceticismo radical.

Da problematização dos sistemas filosóficos opositos, Augusto Saraiva vai extraindo diversas posições filosóficas, superando estas por um evidente humanismo filosófico que, por ser próprio, não se encontra institucionalizado como sistema. É, diríamos, um tipo de humanismo histórico.

¹ Cf. Augusto Saraiva, *Filosofia*, Porto, Educação Nacional de Adolfo Machado, 1963; *Filosofia*, Lisboa, Plátano, 1978.

² Cf. Augusto Saraiva, *Psicologia*, Porto, Educação Nacional de Adolfo Machado, 1960; *Psicologia*, Lisboa, Plátano, 1976.

O primeiro parágrafo do livro, exemplo desse humanismo histórico, reza assim:

O homem que há pouco encontrei impava de seguranças e de certezas. E das duas uma: ou aquele homem era um Deus, ou as suas «certezas» significam, apenas, que todas as virtualidades estão ali esgotadas. Como tudo o que é definitivo, o sentimento de certeza é eminentemente esterilizante. Espírito possuído de certezas nada mais espere andar: tem as barreiras necessárias para lhe deterem a marcha. Só a dúvida e a inquietação são dinamizantes. Homem seguro de si é, em geral, homem que aceitou limites. O homem procura certezas – e é a instabilidade. Afirmava certezas – e é a «ordem». Mas vencidas as mais recentes certezas pela vida e pelo espírito, procura o homem certezas novas – e eis que a instabilidade recomeça, levedando e fecundando a terra³.

Do ponto de vista histórico e filosófico, Augusto Saraiva parece valorizar mais a dúvida do que a certeza:

A dúvida não será um progresso – mas é uma condição de progresso. Ela funciona como destruidora de obscuras sínteses atuais, [um] tropeço no caminho para mais claras – e porventura mais ricas sínteses. A luta pelo direito de duvidar é coeva, no homem, da luta pelo direito de pensar (*Ibidem*, p. 30).

Porém, a prevalência da dúvida sem o contrabalanço da certeza seria a instabilidade histórica total e a volubilidade filosófica, a ausência da garantida ordem.

Neste sentido, erradica-se do pensamento de Augusto Saraiva sobre o homem todos os Absolutismos. Como escreve António Braz Teixeira, para Augusto Saraiva “a verdade situa-se no Absoluto, sendo, por isso, para o homem um puro possível. Daí que a primordial função do conhecimento não seja buscar a verdade, mas sim tornar o real inteligível”⁴.

E a inteligibilidade do real mede-se por um contínuo balancear humano entre a afirmação de sistemas filosóficos dogmáticos, correspondentes a períodos temporais e a contextos históricos, que os fundamentam como

³ Augusto Saraiva, *Reflexões sobre o Homem – I*, Porto, Editora Educação Nacional de Adolfo Machado, 1946, pp. 15 – 16.

⁴ António Braz Teixeira, verbete “Saraiva (Augusto)”, in *Logos. Encyclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, Lisboa / São Paulo, Editorial Verbo, s/d., vol IV, pp. 920 – 921.

necessidade de uma “nova ordem”, e a necessária postulação de sistemas filosóficos opostos, que os contradizem. Inspirado numa visão dialéctica hegeliana entre afirmação e negação, Augusto Saraiva recusa, porém, certificar a existência definitiva de uma “negação da negação”. Muito pelo contrário, filosoficamente, a “negação” permanece contínua num movimento sem fim, como se a história se afirmasse por um conflito contínuo entre Real e Ideal, que António Braz Teixeira sintetiza evidenciando ser esta a “base do ideo-realismo que [A. Saraiva] propugna” como uma “dialéctica do homem com os seus limites”, vendo antropologicamente no homem a “raiz de tudo, tudo depende do homem, que é a única fonte de todos os valores” (*ibidem*).

Não se trata, portanto, em A. Saraiva, da defesa dogmática de um sistema filosófico, mas de construir uma inteligibilidade que dialetize o que na certeza é relativo e no relativo o que doravante permanecerá como aquisição nova e frutuosa da compreensão do real. É o humanismo, de novo. Não a posição leibniziana de considerar que todos os sistemas filosóficos anteriores e atuais foram necessários, cada um sendo um ponto de vista monádico de Deus sobre o mundo, não a posição eclética de considerar que todos os sistemas filosóficos contêm algo de verdadeiro, mas a de considerar que, subterraneamente, o pensamento humano e a sua história são atravessados tanto pela necessidade de certeza como de dúvida, que novos horizontes sociais geram novos pensamentos e novas respostas, isto é, exigem “certezas”, exigem uma nova “ordem” (para usar a terminologia do autor), que, porém, se postula política e ilusoriamente como definitiva.

Como Augusto Saraiva sublinha: “A Ordem é, de raiz, um conceito intermédio, que oscila entre dois limites: a Identidade e o Caos” (*op. cit.*, p. 199).

Como se constata, esta visão, como todo o pensamento humanista, torna-se perigosa para um regime político de “certezas”, de “ordem”, como era aquele que vigorava em Portugal em 1946, data da publicação do seu livro, ele próprio porventura reflexo de um tempo novo pós-Segunda Guerra Mundial. Em 1946, ano seguinte ao final da Guerra, o MUD – Movimento de Unidade Democrático exige eleições livres em Portugal, ferindo a “ordem” do regime do Estado Novo. É preciso cerrar fileiras do lado do Governo e do lado da oposição. E Augusto Saraiva, possuindo uma visão filosófica do movimento da história, não possui uma visão social e politicamente intervintiva. Diggamos que o conteúdo do seu ensaio, sobretudo a última parte (cap. IX da III Parte – A Política) se postaria do lado da Oposição Democrática, como a última frase do livro revela:

À medida que o homem for crescendo em espírito, cada vez se tornará mais insistente que só podereis eliminar a Democracia – na medida em que eliminardes o homem (*op. cit.*, p. 286).

É indubitavelmente uma conclusão perigosa para um regime político que sente vacilar a ordem em que assentava desde 1933. Consequência? Tanto quanto sabemos, nenhuma. O livro saiu discretamente numa editora que trabalhava para o Estado e não foi recolhido pelos serviços da censura. Ou, talvez que a grande consequência tenha sido a não publicação da continuação. O segundo volume, anunciado no primeiro, não saiu.

Como António Braz Teixeira escreveu:

Mas porque o seu idealismo considera a realidade como um devir, acolhe a noção de um universo fluente e aberto e atribui decisiva importância e primordial lugar ao conceito de progresso e de evolução criadora e libertadora. É aqui que encontra fundamento o seu entendimento de que o ideo-realismo em política é a democracia, conceito a que dedicou preferencial atenção especulativa, com um aprofundamento reflexivo que, contemporaneamente, entre nós, só tem equivalente na obra de um António Sérgio e de um Raul Proença (*verb. cit.*, pp. 920 – 921).

Dois conceitos fundamentais alimentam a sua filosofia humanista: na teoria do conhecimento, a inteligibilidade, e na ética (a que versaria o segundo volume), a pluralidade democrática como modo moral de organização da sociedade.

A Inteligibilidade do real

A inteligibilidade exprime as limitações da natureza humana: não é possível ao sujeito o conhecimento absoluto do objeto:

Parece claro que o sujeito não pode conhecer o objeto no objeto (verdade ontológica), porque tal conhecimento implicava a dissolução do sujeito no objeto. Mas neste caso o sujeito não conhecia: era [perspetiva ontológica]. Pois que todo o ato do conhecimento supõe (como pensamos) a irredutível distinção do objeto e do sujeito. O conhecimento absoluto, a total posse da Verdade, parecem-nos estar vedados, porque a mesma condição para que atingíssemos tal espécie de conhecimento (real identidade sujeito-objeto) é a mesma que nos nega qualquer possibilidade de conhecimento (a pura identidade não pode ser consciente de si) (*op. cit.*, p. 25).

Porém, a mente humana, ao criar conceitos universais, procede segundo a inteligibilidade da realidade, assinalando regularidades e construindo a verdade humana possível:

A verdade [com inicial minúscula] é o Universal de direito. O Universal é a verdade de facto (...) Mas porque nem a Razão é toda *feita*, nem a experiência é toda *dada*, a busca da verdade é um contínuo progresso. A imagem, medida e condição deste progresso, em que razão e experiência, se integram e mutuamente acrescentam, chama-se Razão Experimental – que é Razão criadora e Razão Libertadora. A Verdade, como total acordo, situa-se no Absoluto – e aparece ao homem como um limite, um puro possível (*ibidem*, pp. 28 – 29).

Como António Brás Teixeira chama a atenção, “Razão Experimental” é justamente um conceito de Leonardo Coimbra, professor do autor na Universidade do Porto. A razão experimental, porém, tem limites. Contestado o logicismo do método dedutivo, que fossiliza o pensamento, o seu contrário, o método indutivo, imperialmente presente e com resultados eficazes nas ciências naturais e físico-químicos, não deve ser transposto aventureiramente para as ciências da mente e as morais. Teremos sempre de unir os dois métodos na razão experimental:

Por espírito de reação contra um excesso – excesso de formalismo inerente ao método dedutivo – não nos deixemos cair no excesso oposto. A um extremo apriorismo não substituamos um extremo epifenomenismo. Não nos libertemos do despotismo da ideia para tombar no despotismo do facto. Que entre um racionalismo cruel e um mecanicismo agressivo, alguma coisa terá o Homem que dizer [combinando ambas as soluções segundo a razão experimental]. Já o método indutivo, pelo papel decisivo que nele tem a *hipótese*, é afinal método indutivo-dedutivo, não é totalmente empírico, mas empírico-racional (*ibidem*, pp. 66 – 67).

Eis, em síntese, a sua teoria do conhecimento, um empírico-racionalismo kantiano, ou, talvez mais corretamente, um racionalismo empírico, já que Saraiva valoriza sempre mais a razão do que os factos.

A Democracia

Estávamos em 1945 (data da escrita do livro de Augusto Saraiva), a Oposição pedia eleições democráticas, os Estados Unidos da América e a Inglaterra

pressionavam Oliveira Salazar para iniciar uma abertura do regime e Augusto Saraiva escrevia usando uma terminologia filosófica:

A forma mais branda (e, se quereis, fecunda) de oposição, é a oposição legal: porque *definida*, contém todas as inibições do que é definido, logo responsável. Podereis suprimir a legalidade da oposição – mas não suprimis a própria oposição. Ao contrário, enquanto a proscreveis, dai-lhes com a irresponsabilidade do que é *indeterminado*, o vigor e a ausência de limites que provêm da mesma indeterminação (*ibidem*, p. 198).

E define Democracia segundo a sua visão filosófica:

Se não fosse o receio de incorrer em abuso de hegelianismo, diria que também a Democracia é a *síntese* de que o realismo e o idealismo são *tese* e *antítese*: pois aqui as instituições hão de promanar do real (teoria do sufrágio) e reagem, dialeticamente, sobre o real de que promanam. A ideia de *obrigação*, síntese de liberdade e necessidade, é seu essencial pressuposto. A Democracia, em suma é um esforço, vigilante e permanente esforço, da Instituição para *interpretar* o real, quero dizer, para *espelhar* o homem – e ir ao encontro do homem (*ibidem*, p. 134).

A teoria empírico-racionalista do conhecimento de Augusto Saraiva abrange igualmente o fundamento dos valores: a criação de valores conduz-se pela razão dubitativa ou cética, que concede inteligibilidade aos factos, postando-o numa ordem. Mas, na axiologia e ética, não poderá a razão ser eminente e a prática dos factos (os costumes, as regras comportamentais) desvalorizada? Não, porque “o realismo [os factos] tende a imobilizar o real – porque se lhe submete. O idealismo [a valorização exclusiva da razão] tende a imobilizá-lo, porque o ignora” (*ibidem*, p. 135). São, portanto, visões unilaterais da Vida, e “Toda a humana História emerge deste diálogo do ideal e do real” (*ibidem*).

Neste sentido, a Democracia⁵ é um regime político não absoluto, digamos assim, perfeito, já que “é mais um «progresso» que um «sistema»” desde que o seu “ritmo seja solidário do próprio ritmo espiritual do homem. Ideal a atingir, muito mais que realidade consumada, ela será, ao mesmo tempo,

⁵ Sobre este tema, cf. Luís de Araújo, *O Pensamento Filosófico de Augusto Saraiva*, comunicação apresentada ao “Congresso Internacional Pensadores Portuenses Contemporâneos (1850 – 1950)”, Centro Regional do Porto da Universidade Católica, Porto, 2001 – comunicação extraída da Internet em 29 de Outubro de 2019.

atualidade e virtualidade, paradigma de educação e norma de vida, enquanto é, e [mesmo] antes de ser, instituição e forma de governo. A Democracia é um permanente «risco» - o mais fecundo e glorioso «risco» em que o homem pode envolver-se” (*op. cit.*, p. 274). Assim, é na democracia que poderá ter lugar a emergência de uma verdadeira ética: “A Democracia é, fundamentalmente, um Sentido de Vida: ela inclui, pois, uma Ética” (*ibidem*, p. 275). Nesta ética, “o mais fundo sentido de vida da Democracia – é a igualdade. A «igualdade possível» chama-se equidade, que é a forma proporcional, quer dizer, humana, da Justiça: o homem realiza em si a ideia de Democracia na medida, apenas, em que é justo” (*ibidem*).

Neste sentido, igualdade e justiça só se cumprem em democracia, palavra grafada sempre por Augusto Saraiva com a inicial maiúscula, evidenciando a valorização que atribuía a este regime político.